

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA AV. EUSTAQUIO MARTINS (PRAÇA DO TRIÂNGULO, NO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO

TIPOLOGIA: CONSTRUÇÃO NOVA

REF. DO PROJETO: SRM-0123

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO: GABRIEL VINICIUS MARTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG

INTRODUÇÃO

As contratações públicas exercem um impacto significativo na dinâmica econômica, sendo imperativo um cuidadoso planejamento para assegurar a eficácia e eficiência na aplicação dos recursos envolvidos. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade fornecer uma análise detalhada à contratação para a execução da Construção da Praça do triângulo. Situada estrategicamente em área muito movimentada e com grande impacto na localidade, com área total prevista de 900,00m², promovendo um ambiente acolhedor e propício ao convívio social.

O presente estudo técnico foi elaborado com a obtenção de todo um conjunto de informações recebidas e disponibilizadas por diversos setores e servidores do município, tais como o setor financeiro, o setor jurídico e o setor de obras, dentre outros participantes, de forma a destrinchar sobre todos os aspectos que envolve a execução do contrato e do objeto.

O projeto abrange uma gama diversificada de elementos, visando a criação de um espaço público harmonioso e funcional. A construção contempla a implementação de pavimento em piso intertravado, piso em pedra basalto, calçadas em concreto, proporcionando acessibilidade e durabilidade, além do plantio de grama esmeralda que conferirá um aspecto verde e agradável ao entorno. A seleção de espécies arbóreas, como palmeiras, sibipirunas, quaresmeiras e ipês, visa não apenas embelezar o ambiente, mas também promover a valorização da flora local.

Destaque-se, ainda, a incorporação de instalações elétricas modernas, compreendendo postes de iluminação estrategicamente posicionados para garantir segurança e visibilidade durante períodos noturnos. O projeto foi concebido de modo a atender aos padrões estéticos e normativos vigentes, considerando as demandas específicas do espaço público e da comunidade local

Este documento visa fornecer uma visão abrangente sobre os aspectos fundamentais do projeto, desde a identificação da necessidade até a definição de soluções técnicas e econômicas. A escolha criteriosa dos materiais, a estimativa de preço embasada em referências confiáveis e a análise de alternativas descartadas são elementos essenciais para a eficácia do processo licitatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

DESENVOLVIMENTO

NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Diante da atual condição da área designada para a construção da praça pública, na sede do município de São Romão, torna-se imperativo o estabelecimento de um contrato para a execução integral do projeto. A mencionada área, atualmente em estado rudimentar, consiste em um terreno não urbanizado, com solo em chão de terra, pontuado apenas por algumas árvores dispersas.

A falta de infraestrutura e elementos urbanos essenciais caracteriza a ausência de um espaço público funcional e atrativo para a comunidade local. A necessidade de contratação emerge da urgência em transformar esse espaço subutilizado em uma praça pública dinâmica e bem-aparelhada, que atenda às demandas da população e proporcione um ambiente propício ao lazer, convívio social e valorização do entorno urbano.

A contratação abrangerá diversas etapas, desde a preparação do terreno até a conclusão da obra, englobando a construção de pavimento em piso intertravado, calçadas em concreto, o plantio de grama esmeralda e de árvores como palmeiras, sibipirunas, quaresmeiras e ipês. Além disso, o projeto contempla a instalação de infraestrutura elétrica, com postes de iluminação, garantindo segurança e visibilidade no período noturno.

Este processo de contratação visa não apenas suprir a carência atual de um espaço público qualificado em São Romão, mas também contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da qualidade de vida da comunidade. A contratação será regida por critérios de transparência, eficiência e rigor técnico, garantindo a entrega de uma praça pública que atenda às expectativas da população e se torne um ponto de referência na cidade.

Para a estimativa de preço, utilizado com base em referências como SINAPI e SETOP/SEINFRA.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra respaldo no Plano Anual de Contratação (PAC) do município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação foram cuidadosamente delineados para assegurar a eficiência, qualidade e responsabilidade na execução dos serviços. Os seguintes elementos foram considerados:

1. Atestado de Visita obrigatório:

Apresentar atestado de visita técnica assinado pelo servidor responsável para que não haja alegação de desconhecimento das condições locais para execução do objeto, assumindo total responsabilidade pela não realização da vistoria.

2. Definição dos serviços, materiais e metodologia executiva:

Detalhar os serviços a serem executados, os materiais a serem aplicados e/ou substituídos, conforme determinações dos projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas.

3. Metodologia executiva de acordo com normas técnicas:

Para garantia do cumprimento do objeto, pautando sempre pelas legislações, é vital observar e exigir que a metodologia executiva se baseie nas normas técnicas necessárias, principalmente observando os procedimentos relativos aos itens de maior peso e relevância, sendo:

- NBR 9.871/2012, quanto da qualidade das peças de intertravado a serem utilizadas, principalmente quanto a resistência, absorção de água, desgastes, encaixes, travamentos e aparência;
- NBR 15.953/2011 quanto das diretrizes para execução de pavimentos intertravados de concreto, envolvendo o preparo do terreno, instalação das bordas, instalação e corte das peças, compactação e acabamento;
- NBR 9.050/2015 quanto ao cuidado no plantio e manejo da vegetação, de forma a garantir que ramos, galhos e raízes não interfiram nas rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres;
- NBR 6.118 quanto aos procedimentos executivos para o meio-fio e intertravados previsto;
- NBR 12.654 quanto ao controle tecnológico dos materiais e componentes do concreto;
- NBR 12.655 quanto ao preparo, controle e recebimento do concreto para utilização.

4. Certidão de Registro/Quitação do CREA/CAU:

Apresentar certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA/CAU, constando os nomes dos profissionais que atuarão como responsáveis técnicos pelos serviços.

5. Comprovação de aptidão técnica:

Apresentar certidões de acervo técnico profissional expedidas pelo CREA/CAU, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, podendo ocorrer a soma de atestados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

Caso necessário, anexar os documentos comprobatórios, tais como contratos, laudos, relatórios fotográficos, entre outros, que evidenciem a experiência técnica da contratada em empreendimentos similares.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades para o projeto foi realizada considerando a área medida no local que ocorrerá a intervenção, a partir do comprimento do entorno da praça desejada.

- Método utilizado para definir as estimativas das quantidades:**
O método adotado baseou-se na utilização de trena para medir o comprimento do entorno da praça.
- Possibilidade de ocorrências futuras que possam impactar o quantitativo:**
Foi realizada uma análise para identificar possíveis ocorrências que possam impactar o quantitativo, considerando fatores como variações no tráfego, alterações no uso das vias e problemas com materiais fornecidos.
- Documento da Memória de Cálculo:**
A memória de cálculo encontra-se no documento anexo [Memória de Cálculo Estimado], o qual inclui as fórmulas utilizadas e as considerações relevantes.
- Análise Crítica dos Quantitativos Indicados:**
Não foi realizado uma análise crítica para as quantidades visto a simplicidade do projeto.
- Possibilidade de Contratação de Quantidade Superior à Estimada:**
Foi avaliada a possibilidade de contratação de quantidade superior à estimada, sendo que tal ocorrência será justificada apenas em casos excepcionais e devidamente fundamentados.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

No processo de levantamento de mercado, foram consideradas as seguintes informações para embasar a escolha dos materiais:

- Alternativas possíveis no mercado:**
Foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para atender à demanda, considerando as mais usuais, como a execução de pavimento em piso intertravado, passeio em concreto, grama esmeralda, plantio de mudas diversas e materiais elétricos.
- Necessidade de audiência prévia ou consulta pública:**
Não foi considerada a necessidade de audiência prévia ou consulta pública, uma vez que a opção pela execução dos serviços e pelos materiais foi embasada em critérios técnicos e econômicos bem definidos.
- Possibilidade de contratar startup:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG ESTADO DE MINAS GERAIS

Não se aplica à contratação de startup, uma vez que a solução escolhida envolve tecnologias e métodos consolidados no mercado de construção.

LOCAL



IMAGEM AÉREA DO LOCAL, VIA ORTOFOTO.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi baseada em informações obtidas a partir dos valores dos serviços verificados nas tabelas públicas, como SINAPI e SETOP da região de Minas Gerais.

1. **Valor total do contrato:**

Estima-se o valor total do contrato em R\$235.566,00 (duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais), conforme detalhamento nas memórias de cálculo e documentos anexos, valor já incluindo o cálculo de BDI conforme Acórdão Número 2622/2013, LEI Número 13.161 de 31/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação compreende a execução da praça pública localizada na Av. Eustáquio Martins, São Romão/MG, Minas Gerais, abrangendo os seguintes aspectos:

1. **Descrição detalhada dos serviços:**

O projeto abrange uma gama diversificada de elementos, visando a criação de um espaço público harmonioso e funcional. A construção contempla a implementação de pavimento em piso intertravado, calçadas em concreto, proporcionando acessibilidade e durabilidade, além do plantio de grama esmeralda que conferirá um aspecto verde e agradável ao entorno. A seleção de espécies arbóreas, como palmeiras, sibipirunas, quaresmeiras e ipês, visa não apenas embelezar o ambiente, mas também promover a valorização da flora local.

Destaque-se, ainda, a incorporação de instalações elétricas modernas, compreendendo postes de iluminação estrategicamente posicionados para garantir segurança e visibilidade durante períodos noturnos. O projeto foi concebido de modo a atender aos padrões estéticos e normativos vigentes, considerando as demandas específicas do espaço público e da comunidade local, contemplando todas as etapas desde a preparação até a conclusão da obra.

2. **Elementos Produzidos/Contratados/Executados:**

Foram detalhados todos os elementos a serem produzidos, contratados ou executados para que a construção da praça atenda aos requisitos estabelecidos pela Administração.

3. **Solução que representa o menor dispêndio:**

A solução foi escolhida com base na análise do ciclo de vida do bem, considerando custos indiretos, despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental.

4. **Justificativa da solução adotada no ETP:**

A solução adotada, construção da praça pública, foi devidamente justificada com base no levantamento de mercado, considerando aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização e sustentabilidade.

5. **Soluções Descartadas com Justificativas:**

Durante o processo de levantamento de mercado, as soluções alternativas de pavimento com piso intertravado de bloco retangular colorido de 20x10 cm, espessura 8 cm e pavimento em piso intertravado, com bloco pisograma de 35x15 cm, espessura 8 cm, foram consideradas, mas descartadas com base em análises técnicas e econômicas. As justificativas para a escolha do piso intertravado com blocos sextavados de 25X25 cm, espessura de 8 cm, em detrimento dessas opções são as seguintes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

- **Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20x10 cm, espessura 8 cm:**

Limitações Estruturais: O bloco retangular de 20x10 cm, embora seja uma opção comum, apresenta limitações em termos de resistência estrutural quando comparado ao bloco sextavado de 25 x 25 cm. Sua geometria retangular pode resultar em menor capacidade de distribuição de cargas, tornando-o menos adequado para áreas sujeitas a tráfego intenso, como uma praça pública. A escolha do bloco retangular pode comprometer a durabilidade e a estabilidade da pavimentação ao longo do tempo.

- **Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco de concreto permeável (drenante) retangular de 20 x 10 cm, espessura 8 cm.):**

Custo Elevado e Menor Versatilidade Estética: O bloco pisograma de 35 x 15 cm, embora seja uma opção robusta, apresenta um custo significativamente mais alto em comparação com o bloco sextavado de 25 x 25 cm. Além disso, sua geometria específica pode limitar a versatilidade estética na criação de padrões de pavimentação. O custo mais elevado pode impactar negativamente o orçamento total da obra, enquanto a menor versatilidade estética pode comprometer a capacidade de personalização da praça, dificultando a adaptação do design às características locais.

Essas razões técnicas justificam a opção pelo bloco sextavado de 25 x 25 cm em detrimento do bloco retangular e do bloco pisograma, considerando critérios como resistência estrutural, durabilidade, custo e versatilidade estética para atender de forma mais eficaz às necessidades do projeto de construção da praça em São Romão-MG.

6. **Benefícios a serem alcançados:**

Os benefícios incluem proporcionar à comunidade espaços públicos de qualidade, contribuindo para o bem-estar e a integração social. A busca pela transparência e eficiência norteou cada decisão técnica e orçamentária, visando à concretização de um projeto que atenda plenamente às necessidades e expectativas da população local.

7. **Necessidade de apresentação de amostras ou protótipo:**

Não se identifica a necessidade de apresentação de amostras ou protótipos antes da execução, visto o serviço ser muito específico e de que os projetos foram elaborados de forma que possibilitem verificar a melhor maneira de atender às necessidades da Administração ou até mesmo poder prever e ou solucionar os problemas que podem surgir durante o processo construtivo.

8. **Serviços existentes com caráter continuado:**

Não há serviços existentes com caráter continuado relacionados.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

A presente solução, não demanda parcelamento, sendo contratada de maneira global. A justificativa para a não divisibilidade da solução é apresentada da seguinte forma:

Análise Técnica da Viabilidade do Parcelamento:

Após análise técnica, conclui-se que a divisibilidade da construção da praça pública não é viável, uma vez que o projeto demanda a execução integrada de todas as etapas para garantir a eficácia do resultado final.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

Análise Econômica da Viabilidade do Parcelamento:

Do ponto de vista econômico, a contratação global se apresenta como a opção mais vantajosa, evitando custos adicionais e garantindo a coerência na execução do projeto.

Formato de Contratação:

A contratação será realizada de forma global, considerando a integralidade da execução dos serviços, assegurando a máxima eficiência e eficácia na execução do objeto.

RESULTADOS PRETENDIDOS

O projeto visa alcançar diversos resultados positivos e impactantes para a comunidade e a infraestrutura local. Entre os resultados pretendidos destacam-se:

- **Promoção do Convívio Social:** O projeto busca fomentar o convívio social ao criar um espaço público acolhedor e convidativo. A praça se tornará um ponto de encontro para a comunidade, estimulando a interação entre moradores, visitantes e comerciantes locais. A promoção do convívio social contribuirá para fortalecer os laços comunitários e criar um ambiente de pertencimento.
- **Melhoria na Qualidade de Vida:** A construção da praça visa impactar positivamente a qualidade de vida dos habitantes de São Romão. Ao oferecer um ambiente ao ar livre, com áreas verdes, bancos, e espaços de lazer, a praça se tornará um local propício para atividades físicas, relaxamento e entretenimento, promovendo hábitos saudáveis e o bem-estar geral da população.
- **Valorização do Espaço Urbano:** A intervenção na área destinada à praça tem como objetivo valorizar o espaço urbano de São Romão. A introdução de elementos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos contribuirá para embelezar a região, tornando-a mais atraente para moradores e visitantes. Essa valorização pode impactar positivamente o desenvolvimento econômico local e atrair investimentos para a região.
- **Incentivo à Sustentabilidade Ambiental:** A incorporação de áreas verdes, o plantio de árvores e a escolha de materiais sustentáveis refletem o compromisso com a sustentabilidade ambiental. A praça não apenas contribuirá para a melhoria estética, mas também atuará como um espaço ecologicamente consciente, promovendo práticas sustentáveis e a preservação do meio ambiente.
- **Estímulo à Atividade Cultural e Artística:** A praça será projetada para servir como um palco para eventos culturais e artísticos, incentivando a expressão cultural local e proporcionando oportunidades para artistas da comunidade. Essa iniciativa visa enriquecer a vida cultural da cidade, fortalecendo sua identidade e promovendo a diversidade artística.
- **Desenvolvimento Econômico e Comercial:** A criação de um espaço público atrativo pode impulsionar o desenvolvimento econômico e comercial da região. Ao atrair visitantes e incentivar atividades comerciais locais, a praça contribuirá para o crescimento econômico sustentável e para a vitalidade do centro urbano de São Romão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

Esses resultados pretendidos visam não apenas transformar a área física, mas também fortalecer os laços sociais, culturais e econômicos da comunidade, promovendo um impacto positivo e duradouro na infraestrutura local de São Romão-MG.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Para a plenitude da solução contratada, faz-se necessária a adoção de providências específicas, conforme descrito a seguir:

1. Adaptações em Espaço Físico e Elétrico:

- Não se vislumbram adaptações necessárias no espaço físico e elétrico.

2. Atualização de Infraestrutura Tecnológica:

- Não há necessidade de atualização de infraestrutura tecnológica para a execução dos serviços.

3. Capacitação de Servidores:

- Não é requerida a capacitação de servidores para a gestão e fiscalização do contrato, dado que a execução da obra é de responsabilidade exclusiva da contratada.

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos.

Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP n° 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

Os referidos serviços produzirão resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

a) Observar as determinações da Resolução n° 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

b) Observar a Cartilha de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para Construção Civil elaborada pelo Grupo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil SINDUSCON.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o que prevê a Cartilha de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para Construção Civil elaborada pelo Grupo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil SINDUSCON.
- d) Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos.
- e) A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:
- f) Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a execução dos serviços.
- g) Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746,
- h) especialmente:
- (i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- (ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.
- (iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável.

O construtor de obras civis de implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis; Código: 22-1 a 22-8¹;

Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

- Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

¹ GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS - SETEMBRO 2023 - 6ª EDIÇÃO, REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA - EDIÇÃO APROVADA PELA CÂMARA NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE E PELA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO, PÁG. 201/207

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

- Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

- O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pela Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

- Os contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

A Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, em seu art. 3º, § 2º, determina que “As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).”

O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Serviços de Utilidade; Código: 17-65; Descrição: Construção civil. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, “h”)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

A pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos técnicos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível e necessária tanto tecnicamente quanto econômica.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

DA FISCALIZAÇÃO E DO PREPOSTO

Indica-se como gestor do contrato o Sr. Reginaldo Fernandes Madureira e como fiscal técnico do contrato, a Sra. Nadyelle Santos Barroso.

A Contratada designará formalmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a formalização do contrato, o preposto da empresa, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa à disposição dos contratantes durante toda a vigência do contrato, no modo "on line", e quando solicitado, presencial.

Quando for solicitada a presença do preposto, este deverá comparecer na sede do município no prazo máximo de 03 (três) dias úteis;

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica por e-mail, para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Tendo em vista o objeto da contratação, OBRA, sugere-se a realização de Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma presencial, uma vez que, o município possui menos de 20.000 habitantes, observando o critério de julgamento de menor preço total, nos termos do inciso XXXVIII do art 6º e art. 29 da da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; (...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Entende-se por ação preventiva, ações a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no entanto, são ações a serem tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Risco 01	Risco:	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.	
	Probabilidade:	Alta	
	Impacto:	Médio	
	Dano 1:	Atraso na contratação	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento da Contratação e Agente de Contratação
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Equipe de Planejamento da Contratação e Agente de Contratação
	3	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares.	Equipe de Planejamento da Contratação e Agente de Contratação
	4	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação e Agente de Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Agente de Contratação	
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Agente de Contratação	

Risco 02	Risco:	Especificação Insuficiente para os serviços	
	Probabilidade:	Baixa	
	Impacto:	Alta	
	Dano 1:	Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as exigências do projeto.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.	Assessoria Jurídica
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Assessoria Jurídica	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

Risco 03	Risco:	Alterações de projetos básicos por determinação do contratante.		
	Probabilidade:	Baixa		
	Impacto:	Médio		
	Dano 1:	Alteração do cronograma e elevação dos custos da obra		
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Não se aplica.		
	Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Elaboração de aditivo contratual.		Contratante	

Risco 04	Risco:	Paralisação dos serviços, perdas e refazimentos por razões climáticas.		
	Probabilidade:	Baixa		
	Impacto:	Baixo		
	Dano 1:	Alteração de custos e cronograma		
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Não se aplica.		
	Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Elaboração de aditivo contratual.		Contratante	

Risco 05	Risco:	Execução ineficiente, não obtenção dos requisitos de qualidade.		
	Probabilidade:	Baixa		
	Impacto:	Médio		
	Dano 1:	Atraso da obra e retrabalho		
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Não se aplica.		
	Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Contratação integrada, risco da contratada.		Contratada	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

DA ANÁLISE DE RISCOS VOLTADOS À GESTÃO DOS CONTRATOS

Gerenciamento de riscos se refere ao processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da Administração Pública.

ESCALA DE IMPACTO		
ESCALA DE RISCOS	DESCRIÇÃO	NÍVEL
MUITO BAIXA	Impacto insignificante nos objetivos	1
BAIXA	Impacto mínimo nos objetivos	2
MÉDIA	Impacto mediano nos objetivos, como possibilidade de recuperação	3
ALTA	Impacto significativo nos objetivos, como possibilidade remota de recuperação	4

RISCOS ASSOCIADOS À SELEÇÃO DO FORNECEDOR	ALTA	MÉDIA	BAIXA	MUITO BAIXA
Definição superestimada dos valores licitados para contratação serviços.			X	
Ausência de interessados na licitação (licitação deserta).			X	
Valores licitados superiores/inferiores aos estimados para a contratação do bem ou serviço.				X
Ausência de garantia da privacidade de dados.			X	

MITIGAÇÃO DOS RISCOS

RISCOS ASSOCIADOS À SELEÇÃO DO FORNECEDOR	MITIGAÇÃO
Definição superestimada dos valores licitados para contratação dos serviços.	Realização pesquisa de preços com base em referências como SINAPI, SETOP e ORSE
Ausência de interessados na licitação (licitação deserta).	Ampla divulgação do certame, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Jornal Hoje em Dia, no quadro de avisos da Prefeitura e no site Oficial do Município.
Valores licitados superiores/inferiores aos estimados para a contratação do bem ou serviço.	Não aceitar valores acima do preço de referência estimado e efetuar análise quanto à possíveis valores inexequíveis ou jogo de planilha.
Ausência de garantia da privacidade de dados.	Aplicação das Leis 12.527/2011 e 13.709/2019

RISCOS ASSOCIADOS À GESTÃO CONTRATUAL	ALTA	MÉDIA	BAIXA	MUITO BAIXA
Inobservância dos procedimentos formais previstos no contrato.		X		
Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do contrato.		X		
Execução indevida do serviço.			X	
Atraso na entrega da solução.			X	
Rescisão contratual.			X	
Vazamento de dados e informações pelos funcionários da contratada.			X	
Indisponibilidade do preposto da contratada.			X	
Qualidade do serviço não atinge a expectativa da contratante.			X	

RISCOS ASSOCIADOS À GESTÃO CONTRATUAL	MITIGAÇÃO
Inobservância dos procedimentos formais previstos no contrato.	Indicação de gestor e fiscal(is) do contrato, devidamente capacitado(s) e de penalização pelo descumprimento de cláusulas contratuais.
Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do contrato.	Indicação de gestor e fiscal(is) do contrato, devidamente capacitado(s) e de penalização pelo descumprimento de cláusulas contratuais.
Execução indevida do serviço.	Indicação de gestor e fiscal(is) do contrato, devidamente capacitado(s) e de penalização pelo descumprimento de cláusulas contratuais.
Atraso na entrega da solução.	Indicação de gestor e fiscal(is) do contrato, devidamente capacitado(s) e de penalização pelo descumprimento de cláusulas contratuais.
Rescisão contratual.	Indicação de penalidades em caso de rescisão contratual que a Contratada tenha dado motivo.
Vazamento de dados e informações pelos funcionários da contratada.	Aplicação das Leis 12.527/2011 e 13.709/2019
Indisponibilidade do preposto da contratada.	Exigência expressa no edital e minuta de contrato de que a Contratada deverá disponibilizar preposto para representá-la e indicação de penalidades em caso de descumprimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

Qualidade dos serviços não atinge a expectativa da contratante.	Indicação de gestor e fiscal(is) do contrato, devidamente capacitado(s) e acompanhamento dos servidores envolvidos na execução dos serviços, além de indicação de penalidades em caso de descumprimento do contrato.
---	--

RISCOS ASSOCIADOS À GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	MITIGAÇÃO
Acumulo de material proveniente da obra, como descartes, cortes e bota-fora.	Limpeza semanal por parte do município/Contratante, de forma a evitar qualquer acumulo que possa vir a causar transtorno.

A Administração deverá implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos.

As avaliações de risco deverão ser acompanhadas pelo Controle interno e fiscalização, gerando um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável na execução dos serviços.

Gabriel Vinicius Martins
CREA 230.779/D-MG
Engenheiro responsável pela elaboração do projeto